

DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO SEXO FRÁGIL A EXEMPLO DA GOVERNANÇA NA PENÍNSULA IBÉRICA

DECONSTRUCTION OF CONCEPT FRAGILE SEX SUCH AS GOVERNANCE IN THE IBERIAN PENINSULA

Janaina Reis Alves¹

Mestre em História Medieval na Península Ibérica pela UNIFAL

Resumo: O livro didático é um material muito utilizado pelas escolas de educação básica. Seu método de confecção e escolhas de temas não são debatidos durante o processo de escolha, ainda que a cada três anos tal material seja reavaliado pelas instituições escolares. No estado de São Paulo a escolha é pautada pelos professores mais antigos das instituições de ensino. Neste caso o livro é escolhido pelo conteúdo ou pela predileção pelo autor? O presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento de livros didáticos publicados recentemente a fim de identificar como as personagens históricas femininas são ali apresentadas. No caso, o presente trabalho discute o papel de uma governante que atuou na Península Ibérica medieval e sua pertinência na desconstrução da imagem de sexo frágil atribuída à mulher na Idade Média que ainda está presente nos livros didáticos de História.

Palavras-chave: Idade Média – Livro didático – sexo frágil.

Abstract: The textbook is a material very much used in elementary schools. Its method of production and the choices of historical themes aren't discussed in the process of election of these materials, despite every three years these materials be re-evaluated by school institutions. In the state of São Paulo the choice is guided by the oldest teachers of educational institutions. In this case, how is chosen the textbook? By it's content or for predilection by the author? The purpose of this article is to make a survey of recently published textbooks with the aim to identify how the historical female characters are presented. In this case, the present work discusses the role of Urraca's governance in medieval Iberian Peninsula and its pertinence in the deconstruction of the fragile sex image attributed to women in the Middle Ages. This Middle Ages women image still is present in the textbooks of History.

Keywords: Middle Ages – Textbooks – Fragile sex.

¹ Servidora pública estadual na educação básica (SP) e professora formadora no ensino superior pela UNifei(MG). Mestre em História Medieval na Península Ibérica pela UNIFAL-2017. Graduada em pedagogia pela UFSJ. Pós-graduanda em Design Instrucional pela UNIFEI - 2015. Licenciada em Ciências Sociais pela Unimes - 2014. Graduada em História pela Universidade de Franca - 2011. Contato: moira_alves@hotmail.com.

O fascínio que a Idade média causa nas pessoas não se abriga somente na sala de aula ou na academia, mas perpassa livros, séries, filmes, histórias em quadrinhos. A Historiografia ao avançar na pesquisa, diversificar os campos de atuação, hiper-especializar o trato com a História apresenta as relações pessoais em detrimento dos fatos históricos. (Duby, 1992, p. 12)

Essa aproximação com o cotidiano desperta interesse na sociedade e diversifica recursos que alcançam públicos em todas as faixas etárias. Tal prática permitiu a Mídia apropriar-se dos temas medievais de forma magistral, atendendo a este vasto público que toma para si o que considera mais interessante do *Medium tempus*. Seu intuito não é se preocupar com a verossimilhança histórica e sim se entreter. DUBY (1993) abre caminho na elucidação sobre o deleite da comunidade pelo conceito em sua obra "A história continua" o que corrobora inclusive com a atuação do professor historiador na sala de aula, o pesquisador afirma que:

[...] A Idade Média não é um mundo imaginário, mas é quase desconhecido. Está sendo descoberto. Penetrar nele dá a sensação de transporte a um mundo exótico, mas sem a contrapartida de algum mal-estar. As pessoas sentem-se em casa, como numa casa de campo da família frequentada nas férias. Encontram homens e mulheres vestidos exoticamente e cujos modos desconcertam; nem sempre compreendem o que dizem; mas são nossos ancestrais, herdamos deles; as palavras que usam, os gestos que fazem, as paixões que os sacodem são mais ou menos as nossas, e aquilo em que acreditam não parece, no fundo, assim tão estranho. Partir ao seu encontro é de certa forma voltar ao bom caminho. (DUBY, 1993, p. 99)

Ao adentrar a sala de aula o professor se depara com um grupo que traz suas inferências baseadas em todos esses recursos: livros didáticos, seriados televisivos, histórias em quadrinhos, livros de ficção e outros suportes nos quais cada material apresentará a Idade Média de uma forma própria, que não pode ser considerada errada mas talvez incompleta. Dentre esses recursos e suportes dois supostamente paradoxais atravessam o ambiente escolar: o livro didático e a internet.

O ciber-espaço acomoda os conceitos relacionados a Idade Média. Por vezes, com menor rigor que a pesquisa historiográfica realizada na academia esse espaço democrático possibilita que as informações sejam hospedadas em sítios, institucionais ou não, blogs, entre outros meios. Os temas são trabalhados de forma pessoal onde a divulgação de pontos de vista daqueles que se propõe a escrever. Mas cabe salientar no que diz respeito ao historiador que estes:

[...] não são detectores inertes, leem com olhos sempre novos os mesmos documentos, baseando-se em questionários constantemente adaptados. A maioria dos achados provém desse fermento de fantasia que leva o historiador a afastar-se dos caminhos muito batidos. Provém de seu temperamento, vale dizer, daquela mesma personalidade que a estrita moral positivista pretendia neutralizar. (DUBY,1993, p. 57)

Uma hipótese a ser trabalhada seria a de “uma intensa valorização atual do ato de pensar a história ocorre por meio de um enfraquecimento dos referenciais tradicionalmente acadêmicos de autorização e legitimação do pensamento histórico”.

Não é proposta deste texto esgotar o tema referente a Cibercultura, porém, breve explicação é necessária afim de compara-la com o próximo recurso: o livro didático. Tal instrumento está diretamente relacionado ao processo ensino e aprendizagem na educação básica. Em sua obra *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação* Rosa Lydia Teixeira Corrêa (2000,p.13) mostra-nos que o livro didático faz parte das fontes historiográficas relacionadas à educação e através dele podemos apreender “marcas transitórias de comportamento modelado” - o que torna o livro didático relevante não apenas no processo educacional, mas também uma fonte importante para a compreensão da estrutura do que se ensina e como se ensina.

Os livros didáticos contribuem na formação dos alunos em todos os ciclos de aprendizagem, e são também ferramentas de apoio para o professor. Em virtude da sua importância, o livro didático não pode ser um aspecto negligenciado no processo

de ensino-aprendizagem; essa importância, contudo, não deve fazer com que o livro didático seja encarado como único recurso possível em sala de aula.

Como material utilizado cotidianamente, a avaliação daquilo que é apresentado no livro didático é de suma importância para que possamos perceber se seus autores têm acertado quanto às exigências feitas pelo Ministério da Educação.

Apesar da realização destas pesquisas nas universidades, por que não percebemos seus resultados e impactos na articulação das propostas de ensino da rede estadual? Uma das possibilidades seria que o processo de produção do livro didático leva um tempo relativamente grande entre a escolha dos temas, sua organização, o posterior tempo de rodagem na gráfica, o processo de comercialização etc.

Seguindo o diálogo com o livro didático, é possível afirmar que esse tipo de recurso contribui para a formação dos alunos em todos os ciclos de aprendizagem, sendo também uma ferramenta de apoio e pesquisa para o professor, por esses fatores é que se faz necessário que o professor avalie sistematicamente de que forma tanto as ilustrações, como os conteúdos, e os textos presentes no livro são abordados. Porém, não se pode utilizar somente esse recurso, embora ele tenha o seu papel no processo educativo.

A escolha desse material, o livro didático, é tão importante para a escola e o processo de ensino aprendizagem que periodicamente é feita a escolha do livro didático a ser utilizado no decorrer daquele ano letivo. Normalmente uma escola, ao definir quais os livros que serão trabalhados, utiliza esse material por cerca de quatro anos, quando ocorre uma nova escolha; porém, por hábito, costuma-se escolher o mesmo livro didático no período seguinte. Daí a importância de sempre reavaliar os conteúdos presentes nesse material ou mesmo ver a possibilidade de renovar através da troca de um livro por outro.

O debate sobre esses temas - livros, formação continuada, estereótipos e abismos entre o que se pesquisa e aquilo que os alunos aprendem na escola - dariam, em si mesmos, origem a muitas pesquisas complexas.

Contudo vale lembrar que aquilo que é produzido nas universidades deve ser apresentado aos alunos das redes públicas - tanto municipal quanto estadual - a fim de formar cidadãos críticos, conscientes e participativos; críticos ao ponto de perceberem que muito do que se deve aprender não está contido apenas no livro didático; conscientes para que consigam buscar aquilo que falta em seu material didático e cientes de que esse é o processo de ensino – aprendizagem.

O livro didático, apesar de acompanhar o estudante por todo o seu processo de formação, costuma ser negligenciado pelos alunos – que, hoje, parecem bastante desinteressados e pouco motivados quanto ao seu processo de aprendizagem.

Por vezes, quando equiparado com obras literárias, o livro didático costuma ser considerado material de menor valor - ou, como Lydia Teixeira Corrêa (2000, p.15) expõe em seu artigo "O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação", não parece ter a mesma importância que romances peças teatrais e obras relacionadas à literatura brasileira.

Mônica Lima (2005, p.159), por sua vez, também defende ideias sobre a formação da identidade nacional – segundo a autora, esta dependerá de como as informações oferecidas auxiliarão o aluno, ajudando a evitar equívocos que podem dificultar o processo educacional.

Desde o início da construção do conhecimento sobre as sociedades humanas sabe-se que elaborar e dar sentido à História de um povo é dar a esse povo instrumentos para a formação de sua própria identidade, com a matéria-prima desta, que é a sua memória social. A inclusão deturpada ou exclusão deliberada de algum aspecto dessa História pode implicar a criação de uma identidade ou de uma autoimagem distinta da realidade daquele grupo humano, distorcida ou definida segundo elementos ideológicos distantes do real. (LIMA,2005 p. 160)

O leitor pode se perguntar: por que seria, portanto, relevante utilizar o livro didático como recurso de uma pesquisa? Fato é que, apesar de ser taxado como o "primo pobre da literatura" (Lima, 2005, p. 159), o livro didático traz muitas informações por trás dos conteúdos ali apresentados.

A questão da atualização ou requalificação do profissional de história, quando professor, acontece de forma consciente quando esse historiador está inserido no ambiente acadêmico. Mas a partir do momento em que este profissional ingressa na docência, a carga de trabalho, aliada aos baixos salários e à acumulação de cargos, dificulta o processo de formação continuada, que poderia tornar esse profissional dinâmico e capaz de lidar com as necessidades de seus alunos, a fim de passar informações coerentes durante o processo de ensino-aprendizagem (Souza, 2012, p.18/19).

A utilização da mídia impressa ou televisiva é um recurso que pode ser trabalhada pelo professor - assim, a reprodução de informações que circulam pela mídia servirá para que seja feita uma análise crítica por parte dos alunos, em que o professor pode servir como facilitador e mediador da discussão entre o material utilizado em sala de aula e os demais materiais a serem utilizados, de forma a estimular esses alunos a perceber a ligação entre o que se aprende na escola e o que acontece mundialmente.

O cuidado que o professor precisa tomar é que as vinculações de informações midiáticas não podem estar desvinculadas de arcabouço teórico. No caso do ensino fundamental o embasamento teórico utilizado pelos alunos é o livro didático e o próprio livro didático pode assimilar ideias equivocadas ou ainda mal formuladas sobre determinados temas - isso porque, como dito anteriormente, a matéria vinculada nos bancos das universidades, no momento de formação do docente, acaba não dialogando com os alunos dos bancos escolares dos ensinos Médio e Fundamental.

O livro didático participa tanto do processo de formação do professor quanto da formação do aluno em sala de aula, e podemos perceber que esse material acaba por representar os valores predominantes de uma época, indo ao encontro do que afirma Fonseca:

(...) o livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo,

muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (...) Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo. (FONSECA, 1999 p.204)

Esse panorama - universidade, ciclos iniciais, lapso temporal, a falta de formação continuada, somados a uma educação que é considerada um dos recursos privilegiados no processo de construção do perfil de um cidadão crítico em um país que vive em metamorfose - culmina com um professor que adentra a sala de aula e se depara com um caleidoscópio de informações trazidas por alunos dos mais variados locais além do próprio livro didático.

Quanto aos conteúdos apresentados no livro didático, é possível perceber a dificuldade de relacionar a pesquisa universitária aos temas que chegam aos bancos escolares, discutindo aspectos como preconceito e estereótipos. Essas temáticas, por vezes deixam de ser abordadas talvez por receio de adentrarem por terrenos arraigados socialmente que hoje se restringem aos temas transversais, porém o professor que está em sala de aula e que por vezes não discutiu na universidade essa temática transversal necessita de atualização através da formação continuada para dar conta de ministrar esses conteúdos.

A discussão a respeito do que nos diferencia e nos une enquanto sociedade se faz a partir dos temas transversais, e poucos são os materiais didáticos disponibilizados na rede pública que tratam do tema preconceito referente as minorias; conseqüentemente, fica a cargo do professor em qual momento da formação do educando esse tema será discutido.

Análises como a aqui proposta que não é trabalho para uma única geração deve ser desenvolvido também nos bancos escolares através da readaptação dos instrumentos de ensino, um dos muitos exemplos é o que ocorreu com o livro didático. Segundo Néri de Barros Almeida (2013, entrevista) houve uma mudança no

que se ensina na escola através do livro didático e porque não das inferências dos alunos a partir da filmografia.

A pesquisadora afirma que a história factual e conteudista da década de 70 (período que fez uso do livro como aluna) cedeu espaço a uma nova história, porém, essa transformação ainda está em processo o que faz pensar na necessidade de uma nova geração de estudiosos em história interessados em dar aula e produzir material didático de melhor qualidade para o ensino pré-vestibular, afinal para a produção de um material condizente com os estudos da contemporaneidade é necessário ainda um diálogo entre o ambiente escolar e o acadêmico:

Na medida que fomos conhecendo um pouco melhor e formando uma memória histórica a partir de ensino e outros momentos dessa idade dessa idade média conhecendo um pouco melhor os espaços, nós vamos atingir um conteúdo um pouco mais equilibrado e eu acredito que a visão de idade média tende a se transformar. (ALMEIDA,2013)

A fala da pesquisadora corrobora com resultado de uma pesquisa informal realizada durante a produção desse artigo: em livros observados das editoras, Editoriais SM, Ática, Scipione e moderna, que atendem alunos do ensino fundamental e médio, somente em um deles o conteúdo está próximo ao tema desse trabalho e apresenta a mulher mais próxima da personagem histórica aqui apresentada.

Para exemplificar vamos dar uma olhada em algumas edições?

Azevedo e Seriacopi (2010) Apresentam por meio da coleção "História em Movimento" que as mulheres medievais Franças poderiam casar para fortalecer alianças, desta forma a mulher é representada enquanto moeda de troca, os autores ainda se prendem a França e Itália o que acaba por deixar a História medieval Ibérica sem menção. (p.203) Já no projeto Telaris, dos mesmos autores para a mesma editora a única menção que se faz da idade média se trata de comentários muito rasos sobre o império Franco.

Também os autores Motooka e Barbosa (2012) apresentam uma coleção que aborda a importância do império Franco e nem cita a península Ibérica. A única vez

que a mulher é apresentada no texto é em um exercício denominado Dossiê Onde no subtítulo: Uma aventura cheia de Intrigas afirma que Pelles “disse que a Inglaterra estava cheia de pecados, devido ao romance da rainha Guinevere, mulher de Artur com o melhor de todos os cavaleiros da Távola redonda Sir Lancelot” e segue ainda que tal romance fora tramado pela “invejosa fada Morgana, meia irmã de Artur que queria destituí-lo do trono e tomar seu poder”.

Já na coleção de Campos (2013), na página inicial observamos uma Iluminura do beijo de Lancelot e Guinevere.- a traição da esposa quebra a ordem e o equilíbrio. Usam das mesmas falas supostamente atribuídas às lenda, porém o autor esquece de frisar que se trata de uma lenda e a partir dali poderia desconstruir a imagem da mulher traidora, o que não é feito.

Na página 140 o autor aborda a “Conquista da Península Ibérica” pela força e estudos recentes já apontam a entrada desses povos na península não pela força, mas por pactos e miscigenação cultural. Quem ninguém teria imposto sua cultura sobre os povos ibéricos tal como é citado no texto. A Idade média é apresentada como uma representação do rei Artur e a tábola redonda inclusive em exercícios propostos onde o filme Excalibur aparece como objeto de análise.

Atualmente em estudo recente na Universidade Federal de Alfnas me deparei com a seguinte pergunta: do que se trata a Reconquista se na verdade os Ibéricos não perderam territórios para os árabes e mulçumanos?

Por fim Vicentino (2009), apesar de fazer um trabalho razoável na desconstrução da ideia de que nada se produziu durante a Idade Média, aqui a situação da mulher é totalmente ignorada. Não há nenhuma menção sobre as alianças, os casamentos ou mesmo os “pecados”. Bom, se por um lado o texto se cala sobre a visão de Eva apresentada nos demais livros também não evoca os possíveis papéis desempenhados pelas mulheres medievais.

Isto posto nos cabe a reflexão sobre as escolhas tanto dos livros quanto do que os autores têm apresentado como material corriqueiramente utilizado na sala de aula.

Quando a mulher surge na história precisamos nos recordar que normalmente é pela visão masculina e esses homens, normalmente clérigos, passam a maior parte de seu tempo evitando a mulher por esse ou aquele motivo eram responsáveis por descreve-la. A imagem presente no livro didático, dependendo da formação dos escritores - como vimos anteriormente - pode ser um pouco mais carregada de esteriotipações, quando não a ausência de tais figuras é gritante e uma vez que passamos por esse recurso em algum momento de nossa formação estudantil, esses ecos do passado são registrados pelo estudante da forma que ali foram apresentados.

A explicação de um conceito enquanto representação social, a exemplificação dos estereótipos criados em teorias já em desuso possibilita uma reavaliação do papel da mulher acerca da sociedade tanto no passado quanto no presente. Essa discussão se torna um exercício válido pois o educando precisa entender e desnaturalizar as representações sociais, porque ao desatualiza-las percebe o quão internalizado pode estar em indivíduo um determinado conceito e essa percepção pode inclusive corroborar para a melhora da dinâmica que envolve a "relação do indivíduo com grupo dentro de um determinado ambiente" (Moscovici, 2004).

Neri de Barros Almeida em entrevista para o programa Diálogos sem Fronteira trata do tema Idade Média e nós, discorre sobre o fascínio da IM na contemporaneidade vem de uma construção do conceito que é exterior ao próprio período e que houve difusão desse interesse com a derrocada da Idade Moderna.

Me ocorreu de imediato a forma como Muitos historiadores e não somente o público em geral passaram a viver, a partir dos anos 60 na Idade Média indícios de formas de liberdade que eram desejados pela modernidade e que havia que havia perdido, por exemplo, uma relação mais direta com a natureza. (ALMEIDA, 2013)

A pesquisadora fala ainda sobre as duas idades médias que temos ainda hoje uma para enaltecer e outra para depreciar e que de acordo com a apropriação feita podemos perceber um avesso de um período ou a busca por valores não

encontrados no mesmo e desta forma a Idade Média servirá para justificar ou limitar uma série de afirmações, dentre elas a violência endêmica “apresentada de forma criteriosa e justificada, que nos remete a uma análise das duas guerras do séc., XIX” ou o papel da mulher que como dito anteriormente, muda a partir da década dos anos de 1960.

Ao se pensar em apropriação é necessário considerar o uso político de conceitos historiográficos no cotidiano e ali também é possível perceber uma mudança no que diz respeito a Idade média. Atualmente muito se discute sobre a questão da ruptura que permanece em algumas correntes historiográficas. O combate a essa noção de ruptura é fundamental para uma análise desse tempo histórico, não para justificar fatores externos a ele, mas sim para uma tentativa de compreensão dele por ele mesmo.

(...) nenhum outro período histórico que eu conheço é tão dependente do artifício explicativo da ruptura com a idade média, período que a gente estuda fundamentalmente a partir de 3 rupturas. A Ruptura com o mundo antigo, com a modernidade e a ruptura dentro da própria idade média: a ruptura do mundo carolíngio em relação a barbárie no início da idade média, depois temos a rebarbarização com o fracasso, digamos assim, do processo carolíngio. (ALMEIDA, 2013)

O objetivo desse texto será ponderar o quanto é elástica essa definição de “sexo frágil”, uma vez que ao assumir posições de comando do pai ou do marido, em sua maioria, as governantes eram tão fortes quanto seus equivalentes masculinos.

Alguns conceitos desenvolvidos no medievo relativos ao feminino são reproduzidos atualmente, a donzela, a castelã, rainha, feiticeira. A desconstrução de alguns conceitos deve ser colocada em debate, pois, somente assim será possível findar alguns preconceitos imbricados à figura feminina. Para tanto é primordial compreender como determinado conceito sai de uma relação não familiar e se torna familiar à sociedade, situação ocorrida com a mulher no decorrer da Idade média.

Se cabe ao historiador, segundo Moscovici, compreender as representações sociais enquanto conceito, caberá a esse mesmo historiador enquanto educador, saber qual o ponto de partida dos conceitos que possam surgir do senso comum durante os diálogos realizados com o aluno. Isso para que não seja construído o conhecimento baseado em teorias ultrapassadas. A Idade média é um bom exemplo dessa situação, pois, de acordo com cada vertente historiográfica é possível verificar características muito específicas atribuídas ao período.

Por isso, há necessidade do professor historiador ter o hábito da pesquisa e o interesse em compreender as representações sociais, pois assim, ele poderá fazer uso dos conceitos apresentados pelos alunos para que a partir deles o conhecimento seja transformado e construído adequadamente desde que seja capaz de organizar todas as características de acordo com a própria Historiografia.

Exemplo dessa proposta seria a desconstrução dos preconceitos quanto ao gênero debatido em sala de aula. Desde a divisão de trabalhos em sociedades pré-históricas a mulher tem por condição social ficar mais próxima da prole e, por sua menor força física, ao invés de caçar longe do grupo realizava seus afazeres próximo ao local que habitava.

Durante a Idade média a mulher foi apresentada sob a alcunha do sexo frágil e tal conceito chegou aos dias atuais e é repetido por adolescentes como se todas as mulheres necessitassem da proteção de uma figura masculina.

Segundo literaturas variadas e relacionadas a igreja, desde a retirada da costela torta de Adão (Kramer; Springer, 2007, p. 17), a mulher tornara-se possuidora de um pecado inerente a sua existência e sua salvação esteve diretamente relacionada a sua subserviência e autoridade em relação ao masculino. Daí surge a ideia de fragilidade e submissão que sempre esteve ligada à mulher na história, principalmente Idade Média.

Essa fragilidade atravessa os tempos e aparece na contemporaneidade em alguns casos com a mesma força que no passado. Tal situação pode ser explicada através do conceito de representação social apresentado por Moscovici cuja a

realidade é de fácil compreensão, porém, o conceito não, dadas “diversas razões históricas que devem ser descobertas e compreendidas” (Moscovici, Ano.p.40/41).

Desta forma a desconstrução do conceito fragilidade só poderia ocorrer após análise da sua constituição no passado, sua aplicação e familiarização e por fim com a tomada de exemplos que fundamentem o oposto daquilo que foi apresentado enquanto representação. “Uma vez cunhado, um conceito passa a conter em si, do ponto de vista exclusivamente linguístico, a possibilidade de ser empregado de maneira generalizante, de construir tipos ou permitir ângulos de vista para comparação”. (KOSELLEC, 2006, p. 115)

Em suas próprias palavras, “poder das ideias” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]” (Moscovici, apud Duveen, p. 8). Em síntese, preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/ideias constitui e transforma a sociedade.

Muitos pensadores contribuíram para que posição de inferioridade da mulher fosse fundamentada. Religiosos como São Tomás de Aquino dizia que “ela era um ser accidental e falho e que seu destino é o de viver sob a tutela de um homem, por natureza é inferior em força é dignidade. Com vistas na desconstrução de tal modelo historiadores como Georges Duby, Le Goff, Joan Scott - esta última tem pesquisas sobre a mulher medieval, mas sim sobre gênero -, entre outros, pesquisam as condições do feminino durante a Idade Média. Duby inova ao pesquisar o gênero feminino no cotidiano, ciente que sua pesquisa se baseia em ecos que o masculino apresenta em documentos históricos. Através da fragmentação apresentada em cada mulher que passa pelo imaginário masculino da sociedade medieval é possível vislumbrar a imagem da mulher, como em um caleidoscópio, em seu cotidiano naquele período mesmo que suas histórias tenham sido escritas por homens.

Sabia bem que não veria nada de seu rosto, de seus gestos, de sua maneira de dançar, de rir, mas esperava perceber alguns aspectos de sua conduta, o que pensavam de si próprias, do mundo e dos homens. Nenhuma de suas palavras me chegou diretamente. Todos

os discursos que, em seu tempo, lhes foram atribuídos, são masculinos. (Duby, 1993, p. 379)

Duby desenvolve três obras relacionadas ao feminino, sendo "As damas do século XII" a mais profunda acerca do papel de mulheres aristocratas e de personagem mítica da cultura europeia. A terceira geração dos *Annales*, representadas nas figuras de Le Goff quanto Duby, se preocupa a contribuição social que a mulher pode dar e com isso a história já não se preocupava tanto com os fatos e datas tal qual os positivistas, as relações pessoais passaram a ter igual importância.

Duby debateu magistralmente sobre a imagem do feminino construído por monges e padres e trabalhou de forma consciente para que não ocorresse uma romantização da mulher expressa em ideologias como da submissão natural da mulher em relação ao homem. Mesmo com a escassez de documentação a história problematizadora passou a fazer novas indagações a documentos já analisados, e o elemento feminino tornou-se objeto de estudo das ciências, fosse na história, na sociologia ou na antropologia.

Suas análises do elemento feminino baseiam-se em duas vertentes: a eclesiástica e a laica, o casamento é um bom exemplo a ser analisado. Segundo Duby, dentro de uma perspectiva de sacralidade a instituição do matrimônio é descrita como um código regulador inserido nas relações culturais no mundo medieval. A evolução do casamento é traçada a partir de um intenso processo de cristianização da sociedade. Já em uma perspectiva laica fundamentada na noção de herança, homens dos estratos superiores estabeleciam alianças matrimoniais para reproduzirem relações de poder e riqueza no seu meio.

Assim como será apresentado posteriormente em nosso exemplo ao filho primogênito varão era concedido o direito de ter filhos e perpetuar a linhagem de seus antepassados, a ele estaria disponível toda honra glória, bens e responsabilidade pela manutenção de sua dinastia.

O lugar comum e por excelência da mulher nesse contexto é de matriarca, responsável por dar ao marido um filho varão, sendo que havendo impossibilidade a

mulher que não gerasse filhos poderia ser repudiada podendo o casamento inclusive desfeito. Desta forma para o historiador a posição da mulher no medievo encontra-se atrelada a valores, ao convívio, a política, as relações de poder desse período. (DUBY, 1993)

Desta forma a mulher sai da condição de excluída e passa a ser vista como sujeito histórico que tem sua experiência ainda apresentada por homens que a descreve porem aqui há um vislumbre do feminino enquanto possível objeto de análise. Atualmente a historiografia conta com um movimento de história das mulheres que atrai pesquisadores norte-americanos, italianos e franceses, sendo os dois últimos os dois principais polos de investigação histórica sobre as mulheres.

Joan Scott inova ao apresentar o gênero como nova categoria de análise histórica e abre espaço para uma história das mulheres. A pesquisadora apresenta a construção social dos papéis do masculino e do feminino baseada na diferença existentes entre os sexos e nas relações de poder implícitas entre os gêneros. Para uma história social das mulheres, já na década de 80, a pesquisadora afirmava que:

É preciso assim desconstruir os conceitos normativos expressos em discursos religiosos, educativos e científicos que muitas vezes adquirem a forma de uma oposição binária que afirma categoricamente o sentido de masculino e do feminino e que encobre os conflitos internos das relações entre os sexos. (SCOTT, 1986, p.14)

Havia a esse tempo a consciência de que normalmente se chegava até o elemento feminino por meio do olhar dos homens, mas a pesquisa historiográfica se inova ao analisar novamente os documentos na busca da ocupação das mulheres em espaços que não eram seu por excelência. Porém, há um cuidado que se deve tomar o de não escrever uma história das mulheres excluindo a presença do elemento masculino.

Na tentativa de desconstruir tal conceito é necessário entendê-lo enquanto representação social, compreender os motivos que transformaram seu uso em algo tão familiar ao ponto do homem não se perguntar onde, como e com qual finalidade

este conceito fora criado. Seu uso, por si só, legitimou o significado que a ele era atribuído. Podemos pensar um conceito enquanto pesquisa e também enquanto construção coletiva. O coletivo constrói uma imagem da mulher fragilizada baseado na mídia e nos ambientes de socialização como a escola. Com isso o conceito incorpora referências vindas dos historiadores e da historiografia, mas também há presença de uma somatória de “senso comuns”, de referências tidas já como ultrapassadas e de clichês popularizados no meio literário, cinematográfico e televisivo.

Atualmente ao invés de se preocupar em fazer uma “História da mulher”, é preferível estudar o papel dessa mesma mulher na História. O diálogo referente ao papel da mulher enquanto sujeito histórico permite compreender como se dá a apropriação desse sujeito, pois, cada escola historiográfica fará uso das características mais convenientes. Desta forma a historiografia medieval, apresenta, coetânea a utilização desse conceito, governantes femininas que saíram da condição de infanta e governaram seus territórios, forjaram alianças, enfrentaram guerras tendo papéis fundamentais na manutenção do poder de algumas dinastias. Ou ainda abadessas de mosteiros femininos de Leão e Castela que põe por terra a construção social vinculada a relação de poder que desfavorecia o gênero feminino (Nascimento,1997).

Aqui as teorias misóginas perdem sua força, pois, apesar da *ecclesiae* recorrer constantemente a teóricos antigos e medievais para se afirmar uma suposta submissão da mulher medieval, em concreto se percebe a construção de verdadeiros paraísos particulares autodeterminados e autônomos economicamente como resultado da própria conjuntura de reclusão causada pela origem nobre das monjas de León, responsáveis pela manutenção dos dotes, aquisição de terras e assim sucessivamente.

As monjas cistercienses são retrato do abismo entre o poder real da mulher e a carência de poder teórico que lhes é concedido. Cabe ressaltar que a relação é muito mais econômica do que de gênero uma vez que uma mulher nobre tinha mais poder que um camponês dentro da sociedade feudal (Nascimento,1997 p.87).

A Península Ibérica tem um arcabouço de governantes femininas cujos papéis foram fundamentais no curso da História, Maria de Molina, Branca de Castela, Beriguela, Urraca I são alguns desses agentes históricos fortes que orquestraram uniões como a de Leão e Castela e se destacaram quando o assunto eram questões políticas ou administrativas. Segundo Le Goff "Dar uma mulher à família com quem outra família se reconcilia, coloca a esposa no centro do entendimento. A esse penhor e instrumento de concórdia atribui-se um papel que ultrapassa o seu destino e as suas aspirações pessoais. "

Assim como acontece com o conceito de Idade Média ocorre apropriações e esteriotipações acerca da mulher naquele tempo enquanto "sexo frágil", submissa ou então o seu extremo oposto, como figura indomada, praticante de feitiçaria. A Igreja transforma a mulher em algo a ser controlado, pois no seu corpo habita tanto o pecado quanto o milagre da gestação. Constantemente a mulher é apresentada como ser inferior ao homem e este deve exercer sua autoridade, tomando as principais decisões relacionadas ao cotidiano:

A autoridade é a palavra-chave que domina a visão masculina das relações entre os cônjuges e que foi a única a ser-nos directamente transmitida. O homem, primeiro ser da criação, a imagem de Deus mais semelhante ao original, a natureza mais perfeita e mais forte, deve dominar a mulher. Estes temas, insistentemente repetidos, encontram aplicação no mundo fechado da vida familiar e, ao mesmo tempo que justificam a subordinação da mulher, justificam igualmente a divisão das tarefas que daí deriva. O homem tem uma autoridade «natural» sobre a mulher. Base teórica da reflexão de numerosos tratados a partir do século XIII, a fraqueza e a inferioridade da natureza feminina impõem, desde a Antiguidade, que o domínio em que as mulheres dispõem de uma certa autonomia seja muito circunscrito. (Klapisch-Zuber , 1989, p.205)

Le Goff afirma em sua obra *O Homem Medieval* que "há poucos textos, poucas imagens da mulher e da família que nos transmitem a voz das principais interessadas". O que constitui realmente uma barreira e demanda pesquisa acerca das personalidades que poderiam ser analisadas.

Houve destaque, dentre as leituras realizadas para a construção desse texto, a vida de Urraca I, filha de Afonso VI com a rainha Constança de Borgonha. Esta servira de barganha e seu casamento fora uma aliança imposta por seu pai. A exemplo das tradições medievais, segundo Le Goff enquanto jovem, pela sua condição de mulher exigia-se a obediência cega ao pai, ao irmão ou ao tutor, calando as suas íntimas aspirações para aceitar o homem que escolheram para ela. (Klapisch-Zuber , 1989, p.121)

Após o enlace a infanta torna-se condessa, viúva e rainha em um curto período. Urraca vê seu destino atrelado ao reino após a morte de seu meio irmão Sancho na batalha de Uclés, ao se tornar a melhor candidata a suceder o pai. A corte aceita a designação real, porém exige que ela contraia novo matrimônio pois esta ficara viúva um ano antes e afim de evitar o embate entre os nobres castelhanos e leoneses Afonso VI decide casar Urraca com Afonso I de Aragão.

A necessidade de proteger o reino do perigo muçulmano e a pressão da nobreza compelem a rainha D. Urraca a desposar Afonso I de Aragão, jovem cavaleiro e nobre. Esse casamento, que buscava a solução dos problemas da península, não teve o resultado esperado, do contrário: as consequências foram das mais atroz. D. Henrique rebelou-se violentamente e não reconheceu D. Urraca como rainha da Espanha e, além disso, preparou a independência do seu condado. O clero protestou pela intervenção do arcebispo de Toledo, primaz da Espanha, que exigiu a anulação do casamento por se tratar de parentesco em grau proibido pela Igreja. (GALLI, 1997 p.29)

A aliança não alcançou o resultado esperado e o casamento foi anulado pelo papa, pois ambos eram parentes em grau proibitivo. O esposo não se preocupara com a anulação, porém, Urraca que se casara contra vontade aproveitou a situação para se ver livre daquele que pretendia desapropriar-la de seus bens e também do reino. Apesar de se legitimar enquanto herdeira, seu cunhado D. Henrique não a reconheceu como rainha e passou a tramocar a independência do condado portugalense.

A exemplo das tradições muçulmanas a rainha traz os benefícios da herança e de possíveis alianças e apesar de ser forçada a casar por duas vezes não transmitiu a seus maridos o poder régio, permanecendo rainha. Ao contrário do que alguns cronistas do período insistiram em apresentar “ela ocupa lugar de destaque no mundo das decisões, porque os homens se ausentavam muito e morriam nos períodos de guerra, a condição das mulheres floresce...” (Kramer; Sprenger, 2007, p.73)

Desta forma, Urraca colabora com a desconstrução da figura da mulher enquanto sexo frágil. Urraca reinara por todo um período, enfrentou ataques do ex-cônjuge, subjugara a irmã, defendeu territórios, com o mesmo sucesso tal qual um par masculino teria feito.

Teresa, [irmã ilegítima de Urraca I] mulher sagaz, desleal e bela, cuidou logo de explorar os conflitos dinásticos em favor de sua autoridade, induzindo Afonso de Aragão a romper com D. Urraca. Porém a crise, desencadeada pelo choque deste monarca como os nobres e burgueses de Castela, obrigou Afonso a retirar-se para os seus domínios, em Aragão. D. Urraca ficou irada com a atitude da irmã D. Teresa, que, para aplacá-la, se declara sua vassala. Em 1115, vêmo-la nas Cortes de Oviedo como infanta submissa (41:75-7). Estabelece-se o tratado de Lanhoso, pelo qual D. Teresa se reconhece vassala, prometendo defender a irmã contra os inimigos e traidores cristãos e mouros. Em compensação, D. Urraca concedia à irmã muitas terras em Salamanca, Ávila, Toro e Samora, com rendas e direitos senhoriais destas cidades. (GALLI, 1997 p.31)

Este é somente um dos muitos exemplos de êxito da governança feminina na península Ibérica durante o período medieval. Analisá-lo e compará-lo com o conceito de sexo frágil aplicado pelo senso comum possibilita perceber que este senso comum baseia-se em uma teoria há muito ultrapassada, porém, ainda assim se trata de uma teoria e isso deve ser explicado em sala de aula, o quando, o como, o porquê da sua utilização e a benefício de quem, pois dessa forma o aluno pode refletir e construir o conhecimento de forma crítica.

A partir dessa análise realizada em ambiente escolar o educando pode levar a cabo todo o processo reflexivo sozinho em situações vividas no cotidiano de forma autônoma. Outros pré-conceitos poderão ser reavaliados, descartados ou não, porém, a relevância está na aplicação do processo que fora apreendido afinal na vida nem todo conteúdo deve ser recebido como pronto ou acabado.

Referências

- ALMEIDA, Neri de Barros. A Idade média e Nós. In: **Diálogos sem fronteiras**: 13 de Abril 2013. Entrevista concedida a Pedro Paulo Funari. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=x-CjZapMwTs>> Acesso em 10 de set 2015
- AZEVEDO, Gislaíne C; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento**. Ensino médio. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2010
- BUENO, Rodrigo Poreli Moura; SOUZA, Cesar Augusto Neves. **O Tema da Sexualidade na Longa Idade Média: Concepções de Masculino e Feminino**. Disponível na Internet via <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=210#_ftn1>. Acesso em 01 de set 2015.
- CAMPOS, Flavio de. **Oficina da história**. 1. 1ª edição. São Paulo, Leya, 2013
- FERREIRA, Maria do Rosário. **Entre conselho e incesto: a irmã do rei**, e-Spania [Online], posto online no dia 23 Novembro 2011, consultado o 02 Setembro 2015. URL : <http://e-spania.revues.org/20879>
- FONSECA, T. de L. e. O livro didático de História: Lugar de memória e formador de identidades". In: **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História**, 20, Florianópolis, 1999. História: fronteiras / Associação nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH, ANPUH, 1999.
- GALLI, S. **A cruz, a espada e a sociedade medieval portuguesa**. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 1997,
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Orgs.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006, v. 2, p. 137- 150.
- KLAPISCH-ZUBER, Chistiane. A Mulher e a Família In.:LE GOFF, J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KRAMER; Heinrich; SPRENGER, Jacobus. **Malleus Maleficarum: O Martelo das Bruxas**. Tradução: Alex H. S. Brasil: Rosa dos Ventos, 2007.
- LE GOFF, J. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- LEITE. Marcia M.S.B. **Representações femininas na Idade Média: Um olhar de Georges Duby**. Sitientibus, Feira de Santana. N. 21. P.37 a 50. Jul/dez.1999

- LIMA, Monica. **Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil**, Cadernos Penesb/UFF nº 5, 2005,
- MACEDO. José R. MONGELLI, Lênia M.A. **Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal** - volume 1 . Lisboa: Palas Editores, 1977.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MOTOOKA, Débora Y; BARBOSA, Muryatan S. **Para viver juntos: história 6º ano: ensino fundamental**. 1ª edição. São Paulo: edições SM, 2012.
- NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser Mulher na Idade Média. Textos de História**. Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 08 jul. 2016. PORTUGAL Dicionário Histórico. Disponível via Internet via <<http://www.arqnet.pt/dicionario/henriquec.html>> Acesso em 1 de set. de 2015.
- PALLARES, Maria del Carmo, PORTELA, Ermelindo. **La Reina Urraca**. Editorial NEREA, 2006. PORTUGAL Dicionário Histórico. Disponível via Internet via <<http://www.arqnet.pt/dicionario/henriquec.html>> Acesso em 1 de set. de 2015.
- RIBEIRO, Aurení. **O Preconceito Contra as Mulheres na História**. Disponível via Internet via <<http://www.overmundo.com.br/banco/o-preconceito-contra-as-mulheres-na-historia>>. Acesso em 1 de set. de 2015.
- SCOTT, Joan, "Gender: **A Useful Category of Historical Analysis**" in: **The American Historical Review**. Dec- 1986, vol. 91, no.5, pp. 1053-1075.
- SILVA, Carolina G. Historiografia medieval feminista: a questão da mulher nas esferas de poder na historiografia norte-americana. In.: **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Disponível na Internet via: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2013/Carolina%20Gual%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 08/set/2015.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África**. Revista História. Hoje, v. 1, nº 1, p. 17-28 – 2012, p.18/19.
- VICENTINO, Cláudio. Coleção: **Projeto Radix**. 7º ano. 1ª edição São Paulo, Editora Scipione, 2009.

Recebido em: 30/05/2018

Aprovado em: 30/07/2018